

ENTRE ACORDOS E NEGÓCIOS: TRAÇOS DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL NO SERTÃO DO RIO PIRANHAS (1725-1750).

Mayara Millena Moreira Formiga¹
Janice Correa da Silva²

Este trabalho é resultado de nossas primeiras impressões obtidos na pesquisa PIBIC, em fase de desenvolvimento, intitulada: “Procurações, libelos, escritões e nobres da terra: a *dinâmica* da administração no sertão do Rio Piranhas, Capitania da Parahyba do Norte (1725-1750).” e que tem por base documental fontes manuscritas envolvendo a primeira metade do século XVIII, que se encontram no cartório do 1º ofício João Queiroga localizado na cidade de Pombal.

Este nosso trabalho tem objetivado promover uma investigação histórica sobre a dinâmica da vida administrativa do sertão da capitania da Paraíba, com o intuito de explicar e compreender os mecanismos que regulavam a montagem dos acordos e das redes de negócios, que começavam a se estabelecer antes os moradores desta capitania e os das demais localidades como Pernambuco e Bahia.

Os atores sociais que compunham essa dinâmica eram aqueles que assumiam a identidade de colonos, os responsáveis pela conquista do sertão, que vinham do leste da Capitania da Parahyba e de Pernambuco que aspiravam, num primeiro momento, à subsistência, demandando a aquisição de sesmarias e apropriação dos recursos naturais e num, segundo momento, à ascensão social, como proprietário e senhor de terras e gados já estabelecido. A busca e inserção no sistema sesmarial apontou um movimento crescente de ocupação do território do oeste da Capitania e ensejou a formação de um novo seguimento social por essas terras.

Em se tratando de um ambiente caracterizado pelo Antigo Regime, a conquista e a defesa de terras, a serviço do rei, era o principal argumento utilizados pelos colonizadores na busca pela aquisição de sesmarias. O objetivo dessa prática era conseguirem junto ao monarca novas terras para que nelas pudessem estabelecer suas fazendas e o criatório de gado. Essa prática foi de fundamental importância para o processo de ocupação efetiva, não só do sertão da capitania da Paraíba, mais de todo território pertencente a coroa portuguesa.

¹ Aluna do Curso de Licenciatura em História do CFP/UFMG, bolsista PIBIC/CNPq/UFMG

² Aluna do Curso de Licenciatura em História do CFP/UFMG.

Exemplos dessa prática aparecem constantemente nos pedidos de sesmarias, que nos permitem ter uma boa visibilidade acerca dos discursos e dos argumentos utilizados pelos colonizadores para conseguirem as *mercês*, como forma de recompensa aos serviços militares prestados ao rei na colônia. O exemplo mostrado a seguir foi retirado do livro *APONTAMENTOS PARA HISTÓRIA TERRITORIAL DA PARAÍBA* de João de Lyra Tavares, datado de primeiro de novembro de 1701.

Capitão-Mor Theodosio de Oliveira Lêdo, Alferis Diogo Pereira de Mendonça, João Baptista de Freitas, Alferes Antônio Baptista de Freitas e Antonio Fernandes de Sousa, dizem que tendo servido a S. M. em muitas ocasiões que se ofereceu nesta capitania contra o inimigo tapuia; e tendo descoberto algumas terras em o sertão, em parte remota, que nunca foram povoadas, em um rio chamado pelo gentio *Quinturá*, que corre do sul para o norte e vae fazer barra nas Piranhas, em quis terras querem acomodar seus gados, começando a povoal-as do primeiro poço das nascentes do dito rio para baixo, até se inteirarem por uma e outra parte, visto nunca haverem sido descobertas. Por despacho do provedor declaram mais os suplicantes, que as terras que pediam eram nos sertão das Piranhas, e nunca foram povoadas, e confrontam com o Seridó e com as datas dos Oliveira ao largo por que o rio *Quinturá*, em que pediam a data, era sertão oculto ate o presente. Foi feita a concessão de 2 largos de comprimento e 1 de largura a cada um, pelo capitão-mor Francisco de Abreu Pereira.

Um primeiro ponto que podemos destacar para análise é o fato desses colonizadores já estarem vinculados a certa atividade comercial, sendo esta ligada ao criatório de gado, uma vez que almejavam a aquisição terras para criarem os seus rebanhos. Para nos esse dado funciona como indício do processo de formação de uma atividade econômica, que ao se estabelecer contribuiu para geração de renda e constituição de negócios naquela sociedade sertaneja, e para o povoamento efetivo da região de Piranhas e Piancó. Outro ponto que podemos destacar é o discurso que os colonizadores utilizavam para adquirirem as terras, alegando sempre o sucesso nas disputas militares contra o gentio.

Através do trabalho com a documentação, podemos perceber que na medida em que esses colonos iam adquirindo as sesmarias e davam início ao movimento de ocupação, os mesmos, também começavam a exercer práticas e modos de administrar a vida social e comercial que lhes proporcionava a ascensão na hierarquia daquela sociedade em constituição.

A partir das *procurações*, por exemplo, podemos esgarçar um complexo tecido de relações, tanto entre os próprios colonos, como entre estes e os das demais capitânicas. Tais relações eram capazes de criar e manter redes sociais e clientelares que envolveram outorgantes, procuradores, comerciantes, escrivães e testemunhas. Relações de interesse mútuas que proporcionaram, além de formação riquezas, a possibilidade de pertencimento ao topo da hierarquia social e político e de fazer parte nas decisões comerciais. O papel dos outorgantes e de seus procuradores foi de importante destaque nestas relações, por tecerem uma ampla rede de interesses locais, regionais, construídos especialmente na sociedade que estava passando por um processo de constituição.

Estudar as relações entre as diversas localidades num ambiente caracterizado pelo Antigo Regime a partir dessas “*procurações*” significa, também, compreender as redes sociais e comerciais (na gestação dos bens materiais) entre os responsáveis pelo processo de conquista e pela geração de riquezas. Nesta dinâmica, as elites locais organizavam-se em grandes grupos, criando facções capazes de se manterem na dianteira do controle administrativo da sociedade sertaneja em formação.

O movimento de conquista proporcionou aos colonos naquele momento a formação, como já foi dito, de uma teia de relações econômicas, políticas, administrativas e clientelares; tais redes foram às responsáveis pela composição de uma elite colonial, que estavam mais precisamente preocupadas em manter e ampliar as suas riquezas na busca constante pela permanência no topo da hierarquia social.

Entretanto, se analisarmos de maneira pormenorizada essas *procurações*, percebemos o estabelecimento e a concretude da administração por essas terras, detectando o que possibilitava a sua dinâmica: a formação das “redes”. As redes administrativas compunham-se por um conjunto de atores sociais que mantinham identidades e interesses comerciais mútuos na gestão de seus bens materiais. Era por meio delas que se efetivavam a administração dos bens e cabedais. Dessa forma o mecanismo jurídico, administrativo e comercial era efetivado pelas *procurações*, compra e vendas de terras e gados, mecanismos de trespasso etc. viabilizando e instituindo práticas costumeiras na gestão dos negócios e nas atividades comerciais. Para nós, essas maneiras de constituir a nova sociedade, funcionavam como estratégias de controle administrativo que estava começando a se estabelecer entre os moradores das mais diversas localidades, mantendo-os a todo o momento conectados. Logo abaixo temos o exemplo da formação de uma rede mediante o estabelecimento de uma *procuração*.

Constantino de Oliveira Ledo
Outorgante

Sargento Manoel
Marques de Sousa

Diogo de
Mendonça

Augustinho
Nogueira da

Tenente
Antonio de

Manoel
Rabello de

Custodio Alves
de Carvalho

Doutor Baltazar
Gonçalves Ramos

Padre Francisco de
Almeida

Bento freire de
Sousa

Capitão Manoel
Alves Ferreira

Francisco
Xemenes

Antonio Correa
Xemenes

Antonio de Faria
Fonseca

Capitão Jozph Dinis
Maciel

Manoel Jacome [?]
Bezerra

Álvaro de Lima e Oliveira

Legenda - Procuradores

-  Sertão do Piranhas e Piancó
-  Capitania de Pernambuco
-  Cidade da Parahyba
-  Capitania da Bahia
-  Rio do Peixe
-  Testemunhas
-  Tabelião/ escrivão

O mesmo outorgante expediu procuração a vários representantes legais nas mais diversas localidades, para que cada um deles e nos ditos locais pudessem cuidar e administrar seus bens da melhor forma possível. Esse era o mecanismo utilizado pelos outorgantes para administrarem os seus próprios negócios e bens que os mesmos tinham estabelecidos em lugares diferentes.

Percebemos a partir desse tipo de documentação o estabelecimento de redes comerciais, clientelares, de poder e alianças familiares como forma de estratégias administrativas, entre os grupos de interesses no interior de extensas redes clientelas; tais políticas também podem ser vista como resultado da ação conjunta entre os outorgantes e seus procuradores, cada um com seu interesse próprio. Compreendemos também que essas redes ultrapassavam as fronteiras da capitania da Paraíba, chegando às demais capitanias.

Então, através dos postos da administração, do estabelecimento de redes de negócios e o comércio constituído pelo criatório de gado, as elites locais se transformaram no restrito ciclo nas primeiras famílias senhoriais do sertão da capitania da Paraíba. Era a formação de relações políticas que lhe dava legitimidade social.

Outro ponto de análise que perpassa a constituição dessas “redes” administrativas é que as mesmas anunciam o “lugar social” dos atores envolvidos. Ao situarmos socialmente os outorgantes e seus ditos procuradores, encontramos referências não só aos bens, mas aos cargos que os mesmos possuíam e estavam investidos. A maioria deles ocupa funções de sargentos-mores, tenentes, capitães, doutores, bacharéis formados, licenciados, bem como possuidores de cabedais como: dinheiro, ouro, prata, fazendas, gados, terras, bens de raiz, escravos etc. Para nós, essas evidências funcionam como indicadores do lugar social privilegiado que essas pessoas estavam ocupando, como também, da formação estrutural de uma sociedade sertaneja corporativa, uma vez que a nobreza da terra aí presente detinha a posse e o poder sobre “terras”, “gados”, “escravos” e outros bens, utilizando-se dos meios administrativos disponíveis para dar o comando de todas as atividades de gestão de seus interesses particulares.

Um exemplo de elite colonial que compunha a formação das redes é o próprio Constantino de Oliveira Ledo, que além de ser uma pessoa de muitas posses (dono de

terras, gados, escravos) também descendia dos primeiros conquistadores (os Oliveira Ledo), tendo vinculações com a família D'Avila da Casa da Torre, capitania da Bahia. Essa “descendência de poder” ocorreu por que a coroa portuguesa passou a conceder mercês e privilégios a indivíduos e grupos associados ao processo de expansão dos territórios, dessa forma tais concessões acabaram por se constituir no desdobramento de uma cadeia de poderes que se perpassavam entre as parentelas.

No entanto, também verificamos a presença de outros atores sociais que também faziam parte das elites coloniais dentro de extensas redes familiares em busca de práticas administrativas. Vejamos, em outro caso de constituição de rede, as vinculações existentes entre os senhores desse espaço-sertão.

No exemplo colocado a abaixo é de mais uma *procuração* dessa vez expedida por Fhelipe Delgado Figueiredo (irmão de Constantino de Oliveira Ledo) os seus diversos procuradores, para que os mesmos possam administra os seus bens, estabelecendo assim mais uma vez a formação de das redes comerciais e sociais, que como já foi dito, eram capazes de cimentar a dinâmica da administração no Sertão de Piranhas e Piancó.

No entanto, através dessa *procuração* podemos desenhar um circuito de alianças entre as redes familiares, cujo poder político era capaz de inferir nos negócios e comércio colonial, atravessando ate os limites locais. Percebemos isso quando constatamos que os ditos outorgantes presentes nas procurações aqui analisadas são irmão e fazem parte de uma extensa rede de parentelas, na medida em que possuíam os mesmos procuradores nas mais diferentes localidades.

E esse emaranhado parental se torna cada vez mais complexo, quando lembramos que envolvia outras capitanias.

Fhelipe Delgado Figueiredo
Outorgante

Sargento maior
Manoel Marques

Diogo de
Mendonça

Augustinho
Nogueira da

Tenente Antonio
de Lira e Oliveira

Manoel
Rabello de

Custodio
Alves

Bento
Freire

Pedro de
Almeida

Antonio de Faria Fonseca

Antonio Correa
Xemenes

Francisco Xemenes

Doutor Baltazar
Gonçalves Ramos

Doutor padre Francisco
de Almeida

Manoel de Oliveira

Gonçalo Oliveira da Crus

Álvaro de Lima e
Oliveira

Legenda – Procuradores

 **Sertão do Piranhas e Piancó**

 **Capitania de Pernambuco**

 **Cidade da Parahyba**

 **Capitania da Bahia**

 **Rio do Peixe**

 **Testemunhas**

 **Tabelião/ escrivão**

Esses vínculos familiares chegaram a se tornar muitos extensos, pois ultrapassavam os limites da própria capitania unindo as diferentes localidades. Outra consequência trazida por essas conexões era que elas proporcionavam a acumulação de riquezas advindas da interferência da política nos negócios, acarretando dessa maneira enriquecimento para as pessoas envolvidas na dinâmica desses tratos.

Na constituição dessas redes, os procuradores (responsáveis legais por administrar os bens dos outorgantes) também vão ocupar papel importante nessas práticas, pois eles eram pontos chaves, funcionando como elo de ligação no fortalecimento e manutenção dessas redes, da qual dependia a permanência da elite colonial no topo da hierarquia social.

Muitos desses procuradores estão envolvidos em várias redes de negócios.

É o caso, por exemplo, do Tenente Antonio de Lira e Oliveira, Doutor Baltazar Gonçalves Ramos, Sargento maior Manoel Marques, Capitão Manoel Alves Ferreira Bento e Doutor padre Francisco de Almeida. Os mesmos mantinham vínculos entre si e com os demais procuradores e outorgantes todos com os mesmos interesses comerciais na gestão de seus bens e negócios e economia.

Vale ainda aqui perguntar quem numa sociedade colonial tinha condições de inferir na economia? Somente aquele que se arrogavam as melhores famílias da terra e que estavam inseridos nas redes comerciais e sociais, possuindo, portanto poder de mando e legitimidades dentro da sociedade.

A criação desses constantes vínculos nada mais era do que a consequência do movimento de expansão colonial, pois na medida em que iam se estabelecendo o novo povoamento os conquistadores se atribuíam a condição de nobreza da terra, e dessa forma tendiam a manter laços familiares e sociais, ou seja, a expansão territorial da sociedade colonial implicou na constituição de uma malha e alianças entre as elites coloniais.

Na medida em que essas “elites” sociais iam constituindo entre si interesses recíprocos, que envolviam questões comerciais e administrativas, automaticamente eles criavam entre si laços de dependência, que se traduzia em pactos de alianças entre esses atores, ou seja, atos geradores de benesses e reciprocidades, uma vez que aos poucos

acabavam por se transformar em uma cadeia de acordos e serventias de uns para com os outros em benefício próprio.

Outras práticas comerciais e econômicas contribuía para a efetivação do controle administrativo por parte das elites locais: uma delas foi o criatório de gado. Podemos perceber dados importantes sobre essa atividade através das escrituras de venda de gado *vacum* e cavalar, uma vez que esse tipo de documentação contém importantes informações acerca dessa atividade.

Analisando outro tipo de documentação, como as escrituras de venda de terra e gado, temos a considerar que:

No mês de janeiro de 1720, foi feita uma escritura de venda do tenente coronel Sá Cavalcanti a Antônio Villela Lopes (morador na cidade da Bahia), de todo o gado *vacum* e cavalar que se encontrava no sítio Genipapo, nas ribeiras do Piancó, como também de três escravos do gentio da guiné, por nomes de Matheus, Manoel, e Antônio, e ainda as ovelhas e cabras que se acharem no sítio.

Os escravos foram vendidos por preço de 50\$000 Réis (cinquenta mil réis cada um); o gado *vacum* grande e pequeno a 2\$700 Réis (dois mil e setecentos réis) por cabeça; os cavalos mansos foram vendidos por 15\$000 (quinze mil réis cada um); as bestas que se achavam grande por 9\$000 (nove mil réis) e a pequena por 5\$000 Réis (cinco mil réis); as ovelhas e cabras grandes e pequenas de toda a sorte foram vendidas a cinco tostões por cabeças, e todas as ferramentas e os mais ferros, fechaduras, e selas da fazenda que foram encontrados, deviam ser avaliados por “dois homens de importâncias”.

Vale à pena ressaltar que sendo o comprador Antônio Villela Lopes morador na cidade da Bahia, ficou ajustado ao coronel Gaspar Pinto Carneiro a ser o dito procurador, e tomar contas de todos os seus bens na ribeira do Piancó. E ele, como fiador, foi obrigado a pagar as dívidas declaradas acima, efetuando o pagamento de metade dessa dívida, sendo o restante do pagamento marcado para o mês de janeiro de 1722 . Este pagamento deveria ser feito obrigatoriamente na praça do Recife Capitania de Pernambuco.

A partir da escritura de venda de gado *vacum* e cavalariada mostrada acima, podemos identificar os mecanismos que os atores sociais envolvidos nesses acordos utilizavam para promover a viabilidade desse tipo de atividade. Um dos elementos postos pela documentação é o estabelecimento de “tratos” comerciais e sociais entre os moradores do sertão de Piranhas e Piancó, e desses com negociantes das demais localidades, aspectos aos quais já nos referimos.

Na medida em que esses “tratos” vão sendo estabelecidos, passa a existir uma constante conexão e intercâmbio entre as pessoas nele envolvidas, e no caso de compra e venda de terras e gado, esse vínculo só acaba quando a dívida é inteiramente paga ao vendedor. No caso do documento aqui apresentado, esses acordos e vínculos vão ocorrer principalmente entre o tenente coronel Sá Cavalcanti, Antônio Villela Lopes e coronel Gaspar Pinto Carneiro, todos pertencentes ao grupo de senhores coloniais e responsáveis pela constituição da teia da rede administrativa.

Apesar desse tipo de atividade econômica ser nesse momento ainda muito rústica, era o principal meio que os colonos utilizavam para manterem suas riquezas e lugar privilegiado na hierarquia social, ou seja, uma economia voltada para manutenção de *status* social e subsistência. Além disso, esse tipo de atividade foi fundamentalmente importante para o movimento de conquista do sertão da Capitania da Paraíba, quando os Oliveira Ledo deram início ao povoamento estabelecendo currais e fazendas para o criatório de gado, possibilitando assim o enraizamento dos colonos. Dessa forma a pecuária foi constituindo-se uma fonte de poder e renda tanto para os moradores de toda região sertaneja, como para a própria capitania da Paraíba.

A documentação também nos permite perceber o movimento de constituição das elites coloniais que estavam se estabelecendo no sertão da capitania da Paraíba. Nesse sentido podemos dizer que a conquista das terras a serviço do rei, o exercício da administração colonial, e as mercês regias recebidas aos serviços prestados podem ser indicados como critérios de formação e constituição das elites coloniais. No entanto, vale ressaltar que ser nobre na colônia não era necessário obter grandes cabedais e riquezas, outros requisitos prevaleciam sobre esse. Como nos mostra João Frago, a participação no processo de conquista e na luta contra o gentio, o exercício sobre os principais postos da administração, ser descendente dos conquistadores, fazer parte das relações comerciais, políticas, sociais e clientelares, eram os principais pré-requisitos

para aqueles que desejavam fazer parte da nobreza da terra, ou seja, o critério riqueza e nobreza não estão interligados, um não depende do outro para existir.

Essa era a lógica do Antigo Regime nos trópicos, que se diferenciava de lógica de Portugal, onde as elites eram constituídas apenas por membros da Casa Real que tinham no sangue a descendência, diferente do que ocorreu na colônia onde prevaleceu grande número de homens pobres que se dedicavam ao comércio e por causa do seus “serviços” se transformaram nas melhores famílias da terra.

Em relação à constituição dessa elite colonial específica do sertão da capitania da Paraíba, podemos mais uma vez colocar o exemplo de Constantino de Oliveira Lêdo, que com sua larga rede comercial, parental e clientelar, constituía a administração colonial e se transformava na primeira elite senhorial da capitania da Paraíba do Norte. Além desses motivos, a “facção” dos Oliveira Ledo também tinha lugar privilegiado na hierarquia social por descenderem dos primeiros conquistadores e desbravadores do sertão.

Ainda se detendo ao perfil da nobreza da terra na espacialidade em questão, um dos nossos questionamentos nesta pesquisa, é verificar como essa elite local exercia as práticas administrativas na colônia, e que mecanismos ela utilizava para efetivação da administração, uma vez que a câmara municipal (que era o local de mando na colônia) se encontrava no litoral, sem contar com a grande fragilidade na justiça local.

Levantamos a hipótese de que a dinâmica da administração era viabilizada através da formação de redes social, comercial, políticas e clientelas que estavam se estabelecendo, uma vez que não existia a presença efetiva do Estado nem de órgãos administrativos para exercer esse controle. Existia ainda o que podemos chamar de poder informal, onde prevalecia a troca de favores, em que os indivíduos compartilhavam interesses econômicos mútuos. Esse poder indireto constituía uma peça chave no estabelecimento de alianças proveitosas para elite.

Portanto, percebemos que a conquista de novas terras acabou proporcionando a extensão física da hierarquia colonial onde os conquistadores e os seus descendentes acabaram se colocando como as melhores famílias da terra. E voltando mais precisamente para a formação da elite colonial sertaneja, percebemos através da constituição dos tratos e negócios o seu estabelecimento e a sua fixação nas novas terras.